

Entrevista com a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva

Educação das Relações Étnico-Raciais, Ensino de História e os Vinte Anos da Lei 10.639/2003

Interview with Professor Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva

*Education of Ethnic-Racial Relations, History
Teaching and the Twenty Years of Law 10.639/2003*

Carla Beatriz Meinerz*

O presente texto traz a entrevista com a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, professora emérita da Universidade Federal de São Carlos. Por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, num mandato que ocorreu entre 2002 e 2006. Nessa condição, foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Nesta entrevista, conta o processo de construção do Parecer CNE/CP 3/2004 e sua relação com a homologação da Lei 10.639/2003, avaliando seus impactos para a sociedade brasileira em geral e para a educação, em específico. Considera o papel dos professores de história na adesão ao projeto da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Nesta entrevista, a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva aborda o processo de construção individual e coletiva do Parecer CNE/CP 3/2004, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Nessa perspectiva, anuncia e fundamenta a concepção do projeto de sociedade e de educação que rompe amarras colonialistas, destacadamente no

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil. carlameinerz@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0002-9270-8705>>

ensino de história. Coloca os professores de história no compromisso com o projeto da Educação das Relações Étnico-Raciais.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva é graduada em Letras Francês, mestra e doutora em Educação, com formação básica e superior realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Gaúcha, nascida no dia 29 de junho de 1942, em Porto Alegre, no bairro Colônia Africana, atual bairro Rio Branco. Segundo texto informado por ela na Plataforma Lattes:¹

É Professora Emérita da Universidade Federal de São Carlos. Em 21 de março de 2011 foi admitida, pela Presidenta da República Dilma Rousseff, na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, em reconhecimento de sua contribuição à educação no Brasil. Em junho 2010 foi indicada como Somghoy Wanadu-Wayoo, ou seja conselheira integrante do Conselho do Amiru Shonghoy Hassimi O. Maiga, chefe do Povo Songhoy, no Mali. É Professora Titular em Ensino-Aprendizagem - Relações Étnico-Raciais, docente junto ao Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas do Centro de Educação e Ciências Humanas-UFSCar, na condição de professora sênior. É pesquisadora junto ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFSCar. Integra o International Research Group on Epistemology of African Roots and Education, coordenado pela Dr^a Joyce E. King da Georgia State University/USA. Foi conselheira do World Education Research Association (WERA) representando a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN) (2009 - 2016). Foi conselheira, na condição de notório saber, do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (2015 - 2016). Foi Conselheira da Fundação Cultural Palmares, nos termos da Portaria nº 141, de 28/12/2011. Por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006. Nessa condição foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Foi professora visitante junto a University of South Africa (1996), a Universidad

¹ Texto informado pela Professora, como currículo, na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5770245673371690>. Acesso em: 15 fev. 2023.

Autonoma del Estado de Morelo, in Cuernavaca, México (2003), na Stanford University, USA, (em 2008 e em 2015), na Universidade de Maputo, Moçambique em 2019. De 2007 a 2011 foi coordenadora do Grupo Gestor do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar. Em 2011, recebeu homenagem da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), das mãos da Ministra Luiza Helena Bairros, o prêmio Educação para a Igualdade, por ser a primeira mulher negra a ter assento no Conselho Nacional de Educação, por relevantes serviços prestados ao País e pela valiosa contribuição para a educação brasileira no combate ao racismo. Em 2001, recebeu reconhecimento da Câmara Municipal de Vereadores de São Carlos/SP, por seu compromisso em promover e desenvolver ações por uma educação de alta qualidade e pela luta por uma convivência tolerante, harmoniosa e sem preconceitos em nossa sociedade, bem como da Coordenadoria de Assuntos da População Negra da Prefeitura Municipal de São Paulo, o Prêmio Luiza Mahin, em reconhecimento por sua atuação em prol das mulheres negras [...].

A entrevista foi realizada pela Professora Carla Beatriz Meinerz,² a partir de uma solicitação da equipe organizadora do presente dossiê, que sugeriu treze perguntas. As perguntas foram lidas com antecedência pela professora e relembradas ao longo de alguns momentos aqui nomeados como conversas. Destaca-se que a professora seguidamente repetiu que as questões apontavam para uma avaliação que exigia pesquisas sistemáticas para respostas mais eficazes. O texto foi lido e aprovado pela Professora Petronilha.

Foram três conversas, todas na região da Colônia Africana, Porto Alegre: a primeira ocorreu numa tarde na casa de Petronilha, quando foi explicado o objetivo da entrevista no contexto da publicação, momento da acolhida da ideia; a segunda aconteceu numa noite de lua minguante, chamada por Petronilha de “lua de marinheiro sentado”, entre um passeio numa sorveteria e uma gravação numa cafeteria; a terceira foi num domingo na casa de Carla e família. Gratidão!

² Departamento de Ensino e Currículo e Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Carla: *Em 2023, completam-se vinte anos da homologação da Lei 10.639/03. Para iniciarmos nossa conversa, pergunto qual tua avaliação sobre o ensino de história a partir do processo instaurado em 2003?*

Petronilha: Eu desconheço, mas deve haver alguma pesquisa fazendo alguma avaliação sistemática sobre isso. Não tenho conhecimento, mas acredito que haja uma dissertação, uma tese ou alguns estudos que possam responder melhor essa pergunta. Acredito, até onde tenho podido observar, que tudo depende do comprometimento político e do projeto de nação do professor, no caso de história. Se ele está contente com o que foi, com o projeto colonialista que se prolonga por todos esses séculos, ele vai ser contrário ao que propõe a Lei. Se ele tem um projeto de sociedade em que todos sejam conhecidos e respeitados na sua especificidade. Que sejam conhecidos não para ficar cada um no seu quadrado, mas para poder justamente se comunicar e fazer, estabelecer, conceber e contar um projeto de nação que seja comum, então ele vai se comprometer. Porque no meu entender nós ainda estamos com aqueles projetos dos colonizadores do século XVI. Aquele projeto colonizador vai se renovando, ganhando algumas tinturas novas, mas ele permanece. Ele tem permanecido como um projeto de nação, concebido e aceito pela maior parte das pessoas. Existem alguns, não são poucos, diferentes grupos, que precisariam conversar mais entre si justamente desde esse ponto de vista. Ou seja: afrodescendentes, povos indígenas, ciganos – que projeto de nação nós queremos? A nossa educação é para que nação?

O projeto que nós temos até hoje não tem atendido a diversidade da nossa nação. Eu acho que a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) tem necessariamente que se conduzir no sentido de que as pessoas se sintam fortalecidas, com conhecimentos da história da nação, do seu próprio grupo étnico-racial ou do seu grupo social, e também os dos outros, para se pôr em diálogo. Eu penso que esse é o grande desafio: Qual é o projeto que nós vamos construir juntos? E não ficar renovando o projeto do colonizador. Essa é a grande questão. Como se faz isso? Falando, conversando, trocando ideias, acertando, ou nem sempre acertando.

Carla: *O professor de história tem uma função diferencial como protagonista nesse processo?*

Petronilha: Para os professores de história é importante observar que houve um trabalho silencioso de professores de história (e de outras áreas) es-

pecialmente negros e negras, que deu base para as Diretrizes que dão encaminhamento à Lei 10.639/03. O professor de história tem conhecimentos que seria importante que outros professores tivessem acesso, não na mesma direção ou proporção, talvez não na mesma profundidade até, mas de muita precisão. Eu acho que história é o seguinte: A gente tem que conhecer a história do seu povo. Eu venho de uma família onde se dizia assim “a gente tem que conhecer a história da família da gente, a história dos amigos, a história dos vizinhos, porque a gente convive com isso, a gente se respeita; já que a gente é vizinho”. Porque eu venho de uma época em que os vizinhos conversavam. Hoje a gente até mora porta com porta, no mesmo prédio, e se cumprimentar já é um grande feito. Mas venho de uma época em que os vizinhos se conversavam mais. E penso que isso é importante, a gente tem perdido a oportunidade de poder conversar. De trocar ideias sobre a vida, sobre o projeto de sociedade que a gente tem ali. Mas ninguém vai conversar sobre “qual teu projeto de sociedade?”. Porque vai-se ouvir e dizer: “Ah, que todos sejam iguais!” Essa é a resposta que a gente obtém. Mas é no convívio que esse projeto vai se construindo, e sem conviver não tem jeito, a gente vai simplesmente reproduzir o que já está aí faz séculos. O que há, no meu entender, ainda, é um conflito, porque alguns grupos sociais, ou algumas pessoas de alguns grupos sociais, não aceitam que outros grupos sociais que eles – os primeiros, julgam (não vou dizer inferiores) menos importantes. No fundo é ainda uma mentalidade em que uns devem governar e outros devem ser submetidos. Esse modelo de sociedade se estabelece lá no século XV, século XVI, quando começa a colonização. É a mentalidade do colonizador que quer transformar todo mundo em europeu. E a mentalidade hoje, necessária, é que a gente aprenda uns com os outros, que as nossas diferenças não sejam para nos separar, mas para nos unir na medida em que a gente se esforce para compreender o que é diferente, para poder construir o que é comum, essa sociedade comum. Mas enquanto cada um quiser fazer predominar o seu projeto particular, ou do seu grupo social (porque nunca é individual somente, mas do seu grupo social) como predominante, a gente vai ter dificuldades para construir um projeto de nação em que todos não só se vejam, mas sejam participantes, contribuam. A luta é essa.

Carla: *A aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), documento do qual a senhora participou da elaboração e da relatoria, é um importante marco legal que possibilitou delinear propostas de implementação dessa legislação nos currículos. Por que o documento elegeu a Educação para as Relações Étnico Raciais como eixo estruturante?*

Petronilha: Quando eu fui para o Conselho Nacional de Educação (CNE)³ eu pensava o que ia fazer ali, pois não era para ser só mais uma *cara preta*. Eu não conhecia a estrutura, como o Conselho se organizava. Pensei que no Conselho propriamente, embora eu ali tivesse muitos aliados, não era o lugar para começar a discussão sobre as questões raciais na educação, ali era o lugar para levar a discussão. Pensei que ficaria em Brasília uma vez por mês, trazendo algumas das minhas perspectivas construídas no Rio Grande do Sul, outras que fui construindo em São Carlos,⁴ coisas que fui aprendendo. E isso era insuficiente para a gente pensar o que uma conselheira negra do CNE vinha fazer. Não é só a *cara preta*, como diz um militante aqui de Porto Alegre, Nelson Santana. Então, eu resolvi propor e o Conselho aceitou, eu ficava um dia a mais em Brasília depois dos dias de encontro formal do Conselho e me reunia com diferentes militantes do Movimento Negro que estavam em diferentes instâncias de governo em Brasília e que tinham relação com os temas da educação. Eles não tinham postos assim muito altos, ninguém era chefe, até tinha alguns de primeiro escalão. Então, era o Ivair⁵ do Ministério da Justiça, a Rachel de Oliveira⁶ e a Maria Auxiliadora Lopes⁷ que estavam no Mi-

³ Petronilha foi indicada pelo Movimento Negro para a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), assumindo a função em 2002. Foi a primeira mulher negra a assumir tal função. O CNE é um órgão colegiado ligado ao Ministério da Educação, responsável pelo auxílio na implementação de políticas públicas, encaminhamento de leis e diretrizes de ensino.

⁴ Petronilha prestou concurso no ano de 1989 e ingressou no Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

⁵ Ivair Augusto Alves Santos, então diretor da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

⁶ Rachel de Oliveira, então no Ministério de Educação.

⁷ Maria Auxiliadora Lopes, então no Ministério de Educação.

nistério de Educação. Em algum momento a Lurdinha Siqueira⁸ que estava na Fundação Palmares. Eu ingressei em 2002 e a gente começou logo. As Diretrizes saem depois, 2003/2004, mas a gente já tinha se reunido todo um ano. A Jeruse⁹ estava na UNESCO. O Clóvis Moura¹⁰ e a Lurdinha estavam na Fundação Palmares. Não sei se lembrei de todos, mas não éramos muitos e eu ficava um dia a mais, após as reuniões do Conselho, para me reunir com esse grupo. A gente se reunia para ver o que eu ia fazer lá, que proposta ia construir, porque era aquela história que “não é só mais uma *cara preta* no Conselho”. Até porque eles estavam em diferentes áreas dos Ministérios, eles tinham vivência maior ali, que eu não tinha nem chance de ter, porque ia uma vez por mês, ficava três dias em reuniões do Conselho e mais essa reunião com eles. Nós começamos a redigir um documento para mandar para o Ministério de Educação, para as diferentes secretarias se manifestarem. E assim fomos conversando e discutindo e começamos a produzir uma espécie de diretrizes curriculares. A proposta que ia ser submetida ao Conselho Pleno não era inicialmente diretrizes curriculares, até porque eu pensei que haveria gente que não gostaria e iria gastar muito tempo discutindo se era ou se não era Diretrizes Curriculares, e o que interessava de fato ia se perder na discussão. Então propus que se formasse uma Comissão no Conselho Pleno (CP), pois o CP está dividido em Câmara da Educação Básica e Câmara da Educação Superior. Eu pensei que tinha que passar pelo CP. Fiz a proposta e apresentei para o CP. Óbvio que antes de apresentar ao CP, falei com o Jamil Cury¹¹ que era da Educação Básica, óbvio que também falei com a Chikinha Paresi,¹² porque com a Chikinha era assim, nós não dávamos um suspiro sem que a outra não suspirasse junto (sorriso). E quando eu ingressei, também ingressou a Marília Ancona-Lopez da UNIP (Universidade Paulista), que a gente não só

⁸ Maria de Lourdes Siqueira, então na Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura.

⁹ Jeruse Romão, então no Ministério da Educação e consultora na UNESCO.

¹⁰ Clóvis Steiger de Assis Moura, então na Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura.

¹¹ Carlos Roberto Jamil Cury, Francisca Novantino Pinto de Ângelo, Marília Ancona-Lopez foram os conselheiros responsáveis, junto com Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (relatora), pelo Parecer CNE/CP 003/2004.

¹² Francisca Navantino Pinto de Ângelo, pertence ao povo Paresi e é denominada pelo seu povo de Chikinha Nezoekemaero Paresi.

se sentava uma do lado da outra, a gente trabalhou e fez muitas coisas juntas. Eles toparam trabalhar junto, a gente fez muita coisa junto. Isso foi antes da aprovação da Lei, no decorrer do ano anterior à Lei de 2003. A proposta que fizemos para o Conselho se manifestar foi concluída em novembro e a Lei foi promulgada em janeiro. Aí quando sai a Lei eu faço uma consulta para o Conselho, para saber se nós teríamos que fazer um outro texto, porque nós já tínhamos aquela proposta. Aí os conselheiros mais experientes defenderam que não necessariamente, pois já tinha um trabalho iniciado, não precisava ser duas coisas separadas, até porque iam no mesmo sentido. Então, quando a gente começou, a gente escolheu aliados: a Chikinha Paresi que era da Educação Básica e conselheira indígena, a primeira conselheira indígena no CNE. O Jamil Cury, a gente já se conhecia. A Marília, nós ingressamos no mesmo ano, casualmente no primeiro dia nos sentamos uma do lado da outra e nunca mais trocamos de lugar (risada). Era interessante porque era um grupo de conselheiros que tinha diferentes experiências, óbvio que tínhamos afinidades na discussão, mas estavam ali representados a educação indígena, o ensino básico, o ensino superior e o ensino privado. Porque a Marília era da UNIP. Eu representava o ensino público. Nós nos reuníamos e “trocávamos figurinhas”. E quando saiu a Lei eu compreendi que o Conselho teria que se manifestar se nós teríamos que fazer dois pareceres, que eram da mesma família. E aí um conselheiro mais experiente disse que não, não teria razão de fazer outro, poderia ser o mesmo. Então, a gente já vinha trabalhando no Conselho antes da Lei 10.639/03 ser homologada. Eu estava trabalhando e ia apresentar em março um projeto, ia submeter ao Conselho, quando o presidente Lula assume e promulga a Lei. A Lei é promulgada a partir de sugestões e materiais que os antigos deputados Ben-Hur Ferreira¹³ e Esther Grossi¹⁴ tiveram a iniciativa de propor. Quando a Lei é promulgada nós já tínhamos no Conselho a Comissão trabalhando nas Diretrizes Curriculares. O que faz o CNE? Entre outras coisas, ele interpreta as leis maiores da educação. Interpreta por meio de pareceres, de forma que o que está previsto na Lei possa ser executado pelos sistemas de ensino, pelas escolas. Quando foi promulgada a Lei eu discuti com a Comissão de conselheiros e com outros colegas também, que havia

¹³ Ex-deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, Mato Grosso.

¹⁴ Ex-deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores, Rio Grande do Sul.

uma coincidência entre o que a gente vinha trabalhando e a própria Lei. Não foi bem uma coincidência. Eu diria o seguinte: O Ben-Hur e a Esther propuseram a Lei, eles não sabiam do Parecer que vínhamos fazendo porque nós não tínhamos divulgado para fora do Conselho. Não era nada público, porque estava em execução. Só que o que estava sendo feito coincidia com a Lei e o papel do CNE era dar encaminhamentos para as leis maiores na educação. Então, embora a gente já estivesse trabalhando, sai a Lei que coincide com o que estava em andamento. E era para tratar da problemática das relações raciais na educação.

Carla: *Como vocês chamavam esse documento que seria proposto no Conselho?*

Petronilha: Eu teria que ver, mas de qualquer forma eram diretrizes para tratar da problemática das relações raciais. É provável que eu tenha esse documento, mas não aqui, lá em São Carlos.

Carla: *A Lei não tem o termo Educação das Relações Étnico-Raciais...*

Petronilha: Mas a Lei não é feita no CNE. Na verdade, a Lei foi proposta pela Esther e pelo Ben-Hur e, embora tenham se candidatado novamente, não foram reeleitos. Mas foram eles que apresentaram a proposta da Lei ao presidente da República. Quer dizer que nós estávamos trabalhando em grupos, aquele grupo de pessoas negras que atuavam em vários ministérios e aquele grupo de conselheiros, quando sai a Lei. O presidente do Conselho disse que não precisava duas manifestações para a Lei. Aí o que a gente fez? Trabalhamos muito naquele verão. Eu lembro que foi aprovado em março, na reunião de março do Conselho Pleno do CNE, por unanimidade. E eu trabalhei naquele verão, lá na Federal de São Carlos. Lembro que a minha colega Valderez passava na minha sala e perguntava o que tanto eu trabalhava. Eu disse para ela que era a segunda tese (risadas) com uma diferença: não era tão longa quanto a primeira, mas tinha uma banca muito maior (risadas). Uma coisa que lembro é que não incluí o Ensino Superior na redação, porque imaginei que se pusesse também teria que ser considerado e a gente iria ficar numa discussão que não iria dar em nada, então pensei: “vamos garantir”. E apresentei sem o Ensino Superior. Aí teve um colega conselheiro que disse assim, um engenheiro, não era nem da educação: “Tem uma coisa que não estou entendendo, e é por-

que não está aí o Ensino Superior? Tem que incluir o Ensino Superior!”. Eu disse que aceitava, mas quem fez a defesa foram as conselheiras Sylvia¹⁵ e Rose¹⁶. Elas defenderam por mim. E havia um conselheiro que não queria que fossem Diretrizes Curriculares, não me pergunta o porquê, mas ele não queria. E aí eu não precisei defender. A conselheira Sylvia disse: “mas, conselheiro, isso é currículo, quando os estudantes, quando as crianças estão brincando lá no pátio... isso é currículo!”. Elas defenderam. Assim foram votadas as Diretrizes no Conselho Pleno do CNE. Tinha que ser no Conselho Pleno. Até porque eu era da Câmara da Educação Superior e não tinha sentido de sair apenas pela Câmara da Educação Básica. Ao mesmo tempo, na Educação Superior sozinha não cabia, então tinha que ser no Conselho Pleno. E quando o presidente perguntou se eu aceitava, eu disse que aceitava e que as justificativas as conselheiras já tinham dado. Aí o Ivair chorou, ele estava assistindo. Eu perguntei: “O que foi, Ivair?” E ele disse: “Ai, eu me emocionei!”. Foi muito interessante, mas muito importante também a Comissão. De um lado aquele grupo do Movimento Negro que se reunia sempre que era possível, não era do Conselho, não era oficial; e do outro lado, os colegas que representavam diferentes redes, a universidade pública e privada; e diferentes visões porque tinha a visão indígena. Éramos poucos, mas éramos os bons (risadas).

A gente foi redigindo e levando ou mandando para os colegas. Muita gente leu, teve muita consulta. Eu pegava uma parte, por exemplo, mandava para alguém e pedia para consultar seu grupo. Eu lembro de uma reunião organizada por umas freiras no Vale da Ribeira, elas juntaram uns quilombos. Na verdade, eu não sei quem tomou a iniciativa, mas elas juntaram representantes de vários quilombos, porque o Vale da Ribeira está cheio de quilombos. Ali tinha o avô de 80 anos e a criança de 6 anos, na tal reunião, ocasião em que eles fizeram inclusive um documento solicitando que tivesse uma manifestação sobre educação escolar quilombola. Esse eu acho que tenho uma cópia, com as diversas pessoas assinando. Eu acho que eu guardei uma cópia dessas assinaturas, porque o Conselho fica com tudo. Então, para o pessoal que eu conhecia, eu pedia sugestões. Aí foram consultados professores de vários níveis de ensino. Eram consultas quase particulares. Era o tipo da coisa que não

¹⁵ Sylvia Figueiredo Gouvêa.

¹⁶ Rose Neubauer.

dava para ampliar muito, porque senão tu ficas discutindo muito e nunca acaba. Pais, professores, eu pedia para lerem e sugerirem. E o pessoal sugeria. Os meus alunos também. Eu me lembro que uma aluna minha me disse sobre algum termo que ninguém ia entender. Eu me lembro de um termo que eu coloquei, de consciência negra e uma aluna disse: “professora, ninguém vai saber o que é isso, a senhora vai ter que explicar... é melhor dizer assim, assim, assim. Só vai entender que é realmente do movimento negro ou interessado em estudar isso, e como não era um documento para o movimento negro, logo tinha que explicar.

Foi muito bom esse apoio e a possibilidade de consulta. Uma história interessante é que teve um estudante que fez uma tese sobre isso. Ele me perguntou sobre esse processo. E eu disse que tinha sido feito uma ampla consulta. Aí ele disse que precisava ver os documentos da consulta. Eu disse que houve consulta oral, mas pouca consulta escrita. As pessoas escreviam, mas de um jeito diferente. Por exemplo, quando se reunia um grupo numa comunidade, quem sabia escrever anotava. Mas o pesquisador queria a comprovação. Eu disse: “duvido muito que tu consigas, porque o Conselho guarda todos os documentos, mas eles se tornam confidenciais, rascunhos de um órgão que é importante. Eu acho que tu não vais conseguir”. Então, ele duvidou que houvesse acontecido. Eu sugeri consultar o CNE, também indiquei pessoas e grupos que foram ouvidos. Foi uma experiência extremamente rica. Não só com os colegas que a gente redigia, mas com o material que chegava, como a gente incorporava. Praticamente eu escrevia e eles iam fazendo anotações, comentários. Mas eu consultei muita gente. Não mandava a consulta dizendo para o que era. Para algumas pessoas, sim, eu dizia e, para outras, eu comentava: “Olha, eu estou escrevendo um texto sobre isso, o que tu achas?” Isso porque fica difícil de abrir muito. Então, foi muita gente diferente, porque em qualquer lugar que eu ia, como quem não quer nada, fazia uma pergunta ou outra. Foi um processo muito interessante. Lembro aquele verão, lá na Federal, sempre escrevendo... e se passava um aluno eu dizia: “Lê aqui, o que tu sugeres?”. Como eu te disse, antes eu sabia, hoje eu não sei mais, o que cada um tinha dito.

Carla: *No texto das Diretrizes estão sugeridos nomes de personagens históricos que deveriam ser estudados. Como se chegou nesses nomes – do Brasil e África – que deveriam ser estudados?*

Petronilha: Isso é legal... os nomes das pessoas! Como eu disse, além da Comissão de conselheiros, foram consultadas pessoas de diferentes áreas, não apenas da história. Foram consultados professores, militantes do movimento negro, estudantes, sobretudo estudantes do ensino superior, mas não exclusivamente, pessoas que tinham alguma ligação ou conhecimento sobre as questões raciais. Foi consulta. Tanto é que houve uma coisa interessante. O parecer foi aprovado no início de março, março tem o mês da mulher e teve um grupo, uma pessoa lá da editora Selo Negro que resolveu fazer um almoço de mulheres, um encontro de mulheres naquele ano, em março. Ela convidou a mim e convidou também a Thereza Santos,¹⁷ convidou um monte de gente. Nós éramos duas pessoas num bando de mulheres, com diferentes experiências. E aí eu cheguei perto da Thereza e disse: “Thereza, tu viste que teu nome está citado no Parecer tal?” E ela disse: “Não, não vi”. E eu vi que uma das pessoas que estava próxima olhou para ela com um olhar assim, do tipo “como que não viu?” Mas deixei. Aí no final, quando a maior parte das pessoas tinha ido embora, essa pessoa que olhou para a Thereza antes, chegou para ela e disse: “como é que tu disseste que não viste o Parecer se eu te mostrei?” E eu sabia também, porque eu tinha um orientando que era amigo da Thereza e sabia que ele tinha mostrado para ela. Ela virou para mim e disse assim: “Eu não disse publicamente porque uma pessoa ligou para a minha casa para perguntar o que eu tinha feito que o meu nome foi incluído e o dela não”. Aí eu disse para ela responder para essa pessoa o seguinte: “Os nomes incluídos foram todos indicados, não fui eu que escolhi. Foi feita uma consulta e as pessoas indicaram nomes e os nomes que foram indicados estão ali. Nome que não foi indicado, não está ali”. Agora porque as pessoas indicaram a Thereza e não indicaram aquela outra pessoa, eu é que não sei. Porque era o tipo da coisa que não era eu que tinha que julgar quem entrava e quem não entrava, o nome dessas pessoas. As pessoas que tinham alguma ligação ou conhecimento com o projeto, eu ia redigindo e passando a minuta. E as pessoas

¹⁷ Escritora, atriz, dramaturga, professora e ativista brasileira pelos direitos de mulheres e homens e pelo Movimento Negro no Brasil.

sugeriam redação, dizendo “inclui isso, diz dessa forma”. Eu me lembro de uma menina que eu consultei e ela me disse: “olha, eu mostrei para o meu marido que é sociólogo e ele deu a seguinte sugestão”. Eu lembro também da Fúlvia e da Regina Paim,¹⁸ da Fundação Carlos Chagas, as duas já falecidas, elas tinham uma porção de trabalhos e deram sugestões a respeito do sistema de ensino que pude incluir.

Carla: *E algum historiador ou professor de história?*

Petronilha: Certamente.

Carla: *Tu manterias aquele parêntese na Lei citando as áreas de história, artes e literatura?*

Petronilha: Mas o Parecer diz que passa por todas as disciplinas. Até pode manter, mas dizendo “com especial atenção”, porque se não põe alguma área ou disciplina, nenhuma vai fazer. Se bem que ninguém consultou o Conselho para a redação da Lei. Tanto que, nós do Conselho, quando a Lei saiu, ninguém sabia.

Carla: *Na comunidade do ensino de história teve algumas leituras críticas acerca das Diretrizes. Ele foi considerado por alguns pesquisadores da área como um documento polifônico, é possível identificar nele muitas demandas históricas dos movimentos negros. Qual a importância dos movimentos sociais para a construção (e implementação) dessa proposta curricular?*

Petronilha: Mas historiadores “pitacaram”, deram sugestões também, só que não apareceu o nome ou nomes. Quando eu te disse: “hoje eu não sei mais, mas antes eu sabia o nome de todos”, é isso. Toda a consulta que te contei, o grupo de pessoas do Movimento Negro em Brasília...

Até porque o Movimento Negro se encarregou de fazer as famílias lerem. Eu própria orientava: “Vocês têm isso aqui, vocês podem com esse documento que é do Conselho Nacional de Educação (depois os conselhos estaduais e municipais também se manifestaram, pelo menos diversos deles) chegar na escola

¹⁸ Fúlvia Rosemberg e Regina Paim Pinto, da Fundação Carlos Chagas, instituição de direito privado e sem fins lucrativos que atua na Pesquisa e Educação.

e perguntar: “Olha... isso aqui é do CNE e eu não estou vendo que esteja acontecendo esse projeto aqui”. Isso vocês podem fazer, como com qualquer norma legal. Eu nunca fiz uma pesquisa sobre essas práticas. Mas sei que aqui mesmo em Porto Alegre houveram eventos e movimentos nesse sentido. Teve um evento na Faculdade de Direito, um encontro de pais, professores, movimento social, em que pessoas, algumas altamente engajadas. Havia mães que iam nas escolas e cobravam ou anunciavam a existência da Lei 10.639/03. Algumas até passavam para as crianças e as crianças perguntavam: “quando é que nós vamos estudar a história do meu povo?”. O pessoal ligado ao Movimento Negro passava às crianças. Teve de tudo. Como também teve quem ignorasse totalmente.

Carla: *Podes fazer um balanço desses vinte anos da Lei 10.639/2003 e dos impactos para a Escola e para a Universidade. A redação das Diretrizes tinha um desejo, como tu vê esse desejo se concretizando na prática?*

Petronilha: Quando as pessoas me perguntam se atingiu os objetivos, eu digo sim e não. Porque depende de quem entende qual a importância e o valor dos textos legais, qual o compromisso que o professor tem em implantar as normas legais. Não tem uma avaliação ampla que consiga dar conta de responder isso de forma eficaz, ao menos que eu tenha conhecimento. Tu podes localizar na instituição em que a gente trabalha, ou com quem a gente trabalha, estudos e práticas. Vejo assim, até onde a gente pode considerar, sem fazer uma pesquisa sistemática. Devo dizer que é lógico que houve um progresso grande. É como disse antes, teve de tudo.

Alguém uma vez me disse assim: “mas se é assim, tem que ter a história e cultura de todos os povos que estão no Brasil”. Eu respondi que concordava perfeitamente, que não tenho nada contra, só que esses povos têm que tomar a iniciativa e, inclusive, que no caso dela, que era descendente de algum grupo asiático, sua tarefa era fazer acontecer essa reivindicação. Tem que ter de tudo e eu não vejo problema nenhum, tem que fazer até dos ciganos. Eu acho que sim, porque no fundo é isso mesmo, valorizar todos que estão aqui. A escola vai decidir, se é o caso, se tem ciganos nas imediações, estudar o povo. Acho que isso deve vir a acontecer ainda. Por exemplo, em São Carlos, isso aconteceu, antes da Lei ainda. Tinha um grupo de ciganos que vinham do Mato Grosso ou de Goiás e passava todos os anos no mês de maio em São Carlos, acampavam, porque eles iam para o Paraná. Depois eles saíam do Paraná e fa-

ziam a volta, todo o santo ano. Então, havia um período que tinha ciganos na cidade, sobretudo na área em que eles acampavam. É muito interessante que nessa época eu fazia trabalho com uma escola justamente num bairro em que chagavam ciganos e acampavam. Aí a crianças diziam: “que horror os ciganos, os ciganos são perigosos”. Eu perguntava o porquê. Eles respondiam que eles roubavam crianças. Eu perguntava se elas conheciam alguma família que tinha alguma criança roubada por ciganos. Elas diziam que não. Ou diziam que os ciganos roubavam as roupas do varal e eu perguntava se tinha desaparecido roupa da casa delas ou dos vizinhos. E quando elas respondiam que não, eu indagava: “Então, será que é verdade?”. E nós fomos com eles até o acampamento. Aí o chefe veio e nos recebeu, trouxe as crianças e adultos para conversar com a turma. Depois, eu disse: “Viu como eles não roubaram vocês. Éramos eu, a professora e mais dois adultos. Eu disse que éramos só nós adultos e as crianças todas e ninguém pensou em roubar ninguém. Não sei se nós as convencemos, mas nós tentamos reverter os preconceitos.

Carla: *Sobre o uso de afrodescendentes e afro-brasileiros na redação das Diretrizes, como foi o debate?*

Petronilha: Acontece que naquela época as pessoas não reconheciam a descendência africana, quer dizer que nem passava ainda pelas cabeças o raciocínio crítico de propor o negro-brasileiro, por exemplo.

Carla: *O que precisaria ser feito para avançarmos ainda mais, na desconstrução dos currículos, epistemologias e saberes?*

Petronilha: Como eu disse antes... A Educação das Relações étnico-Raciais pede compromisso com outro projeto – não o do colonizador – e esse é o grande desafio: Qual é o projeto que nós vamos construir juntos? Como se faz isso? Falando, conversando, trocando ideias, estando junto com quem luta conosco. Convencendo.

Esses dias eu estava vendo as fotografias da posse de quando nós assumimos no Conselho, a Chikinha e eu. E pensei que o Paulo Renato¹⁹ teve uma sa-

¹⁹ Paulo Renato Costa Souza, então Ministro da Educação, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, até 2002.

cada, né? É óbvio que o movimento negro e indígena pressionava, tinha a Rachel de Oliveira e a Maria Auxiliadora, que eram do Movimento Negro no Ministério da Educação, mas sem dúvida alguma ele aceitou, poderia não aceitar. Os movimentos pressionaram e ele podia não aceitar. Eu estava olhando as fotos...eu tinha ido num encontro nos Estados Unidos, da Associação Americana de Pesquisa em Educação, que eu era associada, e vim no início de abril, vim direto para Brasília. Eu ia e vinha com as malas, tinha uma com livros e sapatos, outra com roupas. Mas justamente aquela vez da posse a mala de roupas ficou lá. Quando cheguei em Guarulhos, eles viram que a mala tinha ficado lá. Eu tinha que comprar roupa, porque eu só tinha sapato e enfeites (risada). Lembro que cheguei em Brasília, almocei e fui a um shopping center. Terminei achando o que precisava, inclusive esmalte precisei comprar, para pintar as unhas. E brincos. Eu cheguei no hotel e o meu colega Valter,²⁰ da Ufscar, ligou. Ele estava lá para acompanhar minha posse no Conselho. Pensei: “Ai, que ótimo, vai ter alguém conhecido!”. No outro dia tomamos café e fomos cedo para o Conselho. Eu gosto de chegar cedo. Aí o secretário me recebeu, me mostrou a minha sala, como era o Conselho. Eu sempre gosto de chegar cedo. E aí a posse do Conselho encheu de gente. E depois o Paulo Renato me disse assim: “Eu nunca vi uma posse de Conselheiro assim, sempre vem duas ou três pessoas do Conselho numa posse”. Encheu, porque tinha negro e indígena. Foi um ônibus de São Carlos, com os professores da rede pública municipal com quem eu trabalhava, com colegas também, e mesmo técnicos administrativos da Universidade. Só que eu não sabia, foi tudo surpresa. O reitor também estava, pois veio para uma reunião de reitores em Brasília e ficou na posse. Então a gente sentava e ali ficavam as pessoas. Eu estava sentada, olhava e pensava: “Mas que engraçado como aquela pessoa é parecida com uma professora de São Carlos”; daqui a pouco eu olho e vejo outra pessoa parecida com uma Técnica Administrativa. E era muita gente parecida com o pessoal de São Carlos. Olho mais para baixo e vejo a minha grande amiga Maria Célia e penso: “é impossível...” Um ônibus veio de lá e a Rachel de Oliveira recebeu o pessoal na casa dela, fez um café, porque eles viajaram na noite para chegar no outro dia de manhã. E foi muito legal, foi demais, uma coisa inesperada. Aí o Paulo Renato dizia assim para mim e para a Chikinha: “Eu já vi posse de muito conselheiro,

²⁰ Valter Roberto Silvério, professor do Departamento de Sociologia da UFSCar.

mas nunca encheu esse auditório”. E aí a gente via, assim, uns penachos dos indígenas. Estava cheíssimo, o Ivair também estava lá. Eu olhei e pensei: “mas que homem parecido com o Ivair...” (sorriso). E os indígenas também, cheios de cocar, uns cocares altos. Uma festança.

Carla: *Para a gente encerrar, tu gostarias de deixar uma mensagem para a comunidade do ensino de história?*

Petronilha: A luta continua (sorriso), a luta continua!

Carla: *Gratidão.*